

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**  
**DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR,**  
**DO SETOR DE EDUCAÇÃO**  
**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**  
**DA ESCOLA PÚBLICA NO BRASIL.**

**AVALIAÇÃO NA PRÉ-ESCOLA**

**MARIA LUIZA CORREIA LÚCIO**

**PULCINA MARIA SOUZA RIBEIRO**

**ORIENTAÇÃO: ODILON CARLOS NUNES**

**CURITIBA - 1993**

**MARIA LUIZA CORREIA LÚCIO**  
**PULCINA MARIA SOUZA RIBEIRO**

**AVALIAÇÃO NA PRÉ-ESCOLA**

**Concepção de avaliação**

**A avaliação na perspectiva dos currículos municipais e estadual- 1988 a 1991**

**Trabalho exigido para conclusão do  
curso de Especialização em  
Administração e Planejamento da  
Escola Pública.**

**CURITIBA, 1993**

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>01</b>
<b>CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO.....</b>	<b>03</b>
<b>A AVALIAÇÃO NA PERSPECTIVA DOS CURRÍCULOS MUNICIPAIS E ESTADUAL - 1988 A 1991.....</b>	<b>09</b>
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>18</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>20</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>22</b>

## INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende trazer uma contribuição aos professores da pré-escola da Rede Municipal de Ensino de Curitiba, que realizam uma prática pedagógica, conforme a concepção dialética de educação norteadora do Currículo Básico - Compromisso Permanente com a Escola Pública (1991).

O tema Avaliação, é o objeto de estudo enquanto uma das categorias, que constitui o ensino na perspectiva do projeto político, expresso no Currículo Básico.

O presente trabalho, tem a intenção de apontar a necessidade de articular a teoria e a prática, no sentido de constituir a unidade, que fundamenta a práxis, na educação pré-escolar.

Para tanto, foram aplicados questionários, com questões abertas, aos pedagogos e professores de pré-escola de cinco unidades escolares, com a finalidade de verificar e analisar os possíveis entraves teórico-metodológicos, no desenvolvimento da prática pedagógica escolar.

Em razão da análise das respostas apresentadas, foi elaborado o referencial teórico, ressaltando pontos ainda considerados obscuros, na concepção de avaliação. Com o propósito de aprofundar essa compreensão teórico-prática, foi realizada a análise dos Currículos da Rede Municipal de Ensino: Uma Contribuição para a Escola Pública Brasileira 1988; Compromisso Permanente com a Escola Pública 1991 e Currículo Básico para Escola Pública do Estado do Paraná 1990. O estudo dos documentos curriculares permite a compreensão do processo, que possibilitou os avanços no encaminhamento teórico-metodológico e avaliação do atual currículo.

Essa análise ajudou a compreender teoricamente cada um dos documentos, evidenciando as questões que merecem aprofundamento e superação, consolidando assim alguns avanços de ordem teórico-metodológico no currículo básico atual.

Desta forma, entende-se que este trabalho possa ajudar o professor de pré-escola a refletir sobre prática de avaliação e aprofundar a compreensão de seu fazer pedagógico, segundo os princípios da concepção dialética da educação.

## CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO

Existe uma relação estreita entre educação e organização social. Por isto, a avaliação realizada na escola, pode contribuir para a manutenção ou transformação da sociedade capitalista. Portanto, a avaliação tem função social, está vinculada a um projeto de vida, que determina seu caráter crítico ou não crítico.

O caráter não crítico da avaliação justifica a divisão de classes na sociedade capitalista como legítima, porque se origina da capacidade individual de cada ser humano. Entende que a educação é autônoma, sendo a escola o lugar onde todos devem passar pelas mesmas etapas, métodos, sem discriminação, cabendo a alguns mais aptos, o sucesso e a outros o fracasso. Nesta concepção, a pré-escola tem função de guardar crianças, socializar e preparar para a alfabetização. Sendo assim, os alunos são avaliados em função da socialização, da aquisição de hábitos e atitudes desenvolvidas e coordenação motora, considerada fundamental, para o ingresso na 1ª série.

A avaliação na perspectiva crítica, questiona a divisão de classes. Acredita que a superação do modo de produção capitalista, reside na organização da classe trabalhadora. Reconhece, que os mecanismos repressivos e ideológicos utilizados para garantir o poder da classe dominante, nunca atingem uma hegemonia de 100%. As relações contraditórias que consituem, o sistema capitalista, possibilitam a reorganização da classe explorada. Pela compreensão da contradição entre capital e trabalho, os homens poderão delinear formas de atuação, que permitam a transformação social.

"A implicação das contradições no processo de reprodução das relações de produção mostra que eles geram conflitos, mesmo que o capitalismo tenha acionado seus dispositivos no sentido de extrair a coesão da contradição. Pois o capital gera o

capital mediante o trabalho, e a reprodução ampliada do capital exige a reprodução do trabalho, mas a força de trabalho é também agente histórico e não mero produto e pode resistir às tentativas de manipulação. As contradições que as relações capitalistas mantêm no interior da reprodução dos meios de produção podem se agutizar mas não se solucionarão se a luta de classes não chegar a uma organização e concentração de classes do lado revolucionário. Além de que o capitalismo tem mecanismos eficazes para reduzir os conflitos ou atenuá-los: os aparelhos ideológicos (na busca de um consenso) e os aparelhos repressivos (na impossibilidade coercitiva)".<sup>1</sup>

Neste sentido, a Pedagogia Histórico Crítica explicita a relação entre a sociedade e educação.

"A educação é, sim, determinada pela sociedade, mas que essa determinação é relativa e na forma de ação recíproca - o que significa que o determinado também reage sobre o determinante.

Conseqüentemente, a Educação também interfere sobre a sociedade, podendo contribuir para sua própria transformação."<sup>2</sup>

Demerval Saviani ressalta o papel da escola entre as demais instituições, porque entende que é o local por excelência, onde as crianças da classe trabalhadora, terão acesso ao saber sistematizado. A posse do conhecimento científico, enquanto mediação da realidade social, permite compreender de forma cada vez mais elaborada, as relações sociais, políticas e econômicas, vigentes nesta sociedade.

Por conseguinte, a pré-escola tem caráter social e pedagógico, uma vez, que garante o acesso ao domínio do saber elaborado, explicitando as relações sociais, que constituem a realidade mediatizada pelos critérios de avaliação, definidos a partir dos conteúdos das áreas do conhecimento.

Enfim, as práticas de avaliação da "escola", retratam o caráter de seu projeto político pedagógico. É preciso explicitar sua natureza: manutenção ou transformação. A avaliação na perspectiva não crítica ou crítica decorre dos aspectos julgados relevantes em relação ao homem, ao seu trabalho e a sociedade. Este trabalho, enfocará a avaliação na perspectiva crítica.

Neste contexto, a avaliação é um processo contínuo e sistemático, pelo qual o professor estuda e interpreta os dados de sua aprendizagem, do seu próprio trabalho e da organização escolar na sua totalidade, com a finalidade de acompanhar o processo ensino-aprendizagem, considerando satisfatório ou não, os resultados obtidos em relação ao patamar de conteúdos estabelecidos, reorientando o curso de ação, caso seja necessário. LUCKESI<sup>3</sup> afirma:

<sup>1</sup>CURY, Educação e contradição. São Paulo. Editora Autores Associados, 1985., pág. 41.

<sup>2</sup>SAVIANI, Demerval. A pedagogia histórico-crítica e a prática escolar. In: BERNARDO, M.C., Pensando a educação: ensaios sobre a força do professor e a política educacional, São Paulo, Editora Cortez/Autores Associados, 1987., pág. 26

<sup>3</sup>LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação do aluno: a favor ou contra a democratização do ensino ?, Brasília, CBE

"Entendemos avaliação como um juízo de qualidade sobre os dados relevantes, tendo em vista uma tomada de decisão. É bem simples. São três variáveis que devem estar sempre juntas para que o ato da avaliar cumpra o seu papel."

Por ser assim, a avaliação tem função diagnóstica, sendo utilizada como instrumento para compreender o nível de apropriação de conteúdos. A análise dos resultados da aprendizagem dos alunos, permite ao professor, trabalhar de forma incisiva, com toda a turma, para que todos adquiram pelo menos, os conteúdos mínimos essenciais.

Cabe ao professor, organizar sua prática pedagógica de maneira que viabilize a apropriação de conteúdos, tanto para o aluno que ainda não adquiriu tal domínio, como também o aprofundamento, para àquele que já adquiriu os domínios básicos.

Neste caso, o encaminhamento metodológico, decorre da seleção do conteúdo e das relações estabelecidas no interior deste, entendendo, que a parte contém as relações do todo. O professor deve ainda estabelecer relações entre os conteúdos já trabalhados, para que o aluno tenha uma visão da totalidade.

Nesta perspectiva, a avaliação não serve apenas para aprovar e reprovar. Seu objetivo, é tomar decisões diante da aprendizagem dos alunos, uma vez que o papel fundamental da escola, é ensinar para que os alunos de posse do conhecimento, compreendam de maneira cada vez mais elaborada, a realidade social.

A Deliberação 033/88 do Conselho Estadual de Educação do Estado do Paraná, que versa sobre a avaliação, exige que a apreciação qualitativa seja transformada em nota ou conceito, em cada bimestre. A partir de 1994, a Secretaria do Estado da Educação abolirá a reprovação de alunos de 1ª a 4ª série.

Questiona-se a viabilidade desta proposta, por não ter sido suficientemente discutida com os professores. Não houve assessoramento sistemático, capaz de assegurar com competência o sucesso da medida. A extinção da reprovação, talvez, implique na negligência quanto ao encaminhamento teórico-metodológico, não assegurando o domínio de conteúdos básicos, especialmente para as crianças de baixo poder aquisitivo. O que compromete a própria avaliação do aluno, deslocando o problema de altos índices de reprovação das séries iniciais, para a 5ª série.

Essa medida adotada no Estado, poderá provocar modificações na forma de avaliar da Rede Municipal, em função até da pressão por parte dos pais, que terão dificuldades para lidar com duas situações diferentes, no mesmo espaço geográfico.

A avaliação na pré-escola, não tem caráter de retenção, não precisa transformar em nota ou conceitos, os resultados obtidos pelos alunos. No entanto, muitos professores ao agirem desta maneira, argumentam que os pais cobram os resultados em notas e as crianças esperam o boletim, porque seus irmãos mais velhos e colegas de outras escolas, o recebem. Em vez de ceder ao desejo dos pais e alunos, seria mais coerente que os professores, nas reuniões com os pais, explicassem o Projeto Pedagógico da Escola, demonstrando através da própria produção das crianças (textos, desenhos, dramatização...), o que seus filhos conseguiram aprender.

É fundamental, que se trave entre alunos, pais e professores, convexas significativas sobre o conteúdo trabalhado, somente desta forma, eles compreenderão a função da avaliação. Os relatórios escritos, "notas e conceitos", sem análise profunda, tomam função em si mesmo. Ao chegar em casa com seus trabalhos, os filhos devem saber contar o que aprenderam, quais as dificuldades e qual o significado de cada atividade.

Segundo LUCKESI <sup>4</sup>:

"Para que a avaliação funcione para os alunos como um meio de auto-compreensão, importa que ela tenha também, o caráter de uma avaliação participativa. Por participativo, aqui, não estamos entendendo o espontaneísmo de certas condutas auto-avaliativas, mas sim a conduta segundo a qual o professor, a partir dos instrumentos adequados de avaliação, discute com os alunos o estado de aprendizagem que eles atingiram. O objetivo da participação é professor e alunos chegarem juntos a um entendimento da situação de aprendizagem, que, por sua vez, está articulado com o processo de ensino. Então, não será uma discussão abstrata, mas sim uma discussão a partir dos resultados efetivos da aprendizagem manifestados nos instrumentos elaborados e utilizados."

O ato de avaliar, para contribuir efetivamente no processo ensino-aprendizagem, tem que ser realizado com o rigor técnico e científico, abrangendo entre outros, estes aspectos: formulação de critérios, instrumentos utilizados e sistematização da avaliação.

O estabelecimento de critérios, é um dos procedimentos básicos para não ser arbitrário na avaliação. Os critérios, que são os próprios conteúdos das áreas de conhecimento, enquanto mediação entre aluno e a realidade, devem ser definidos no planejamento. O professor deve estabelecer os critérios de avaliação, com

<sup>4</sup>LUCKESI, Cipriano Carlos. Obra supracitada. pág. 54

a ajuda do pedagogo e especialistas nas áreas do conhecimento.

Cabe ao professor, expor com clareza os critérios de avaliação, antes de propor uma atividade aos alunos, para que tanto professor, como os alunos, saibam o que esperar de resultado na interação com este conteúdo. Somente desta forma, os alunos poderão realizar produções coerentes, ressaltando aspectos considerados importantes, para compreensão da realidade.

O professor comprometido com um projeto pedagógico crítico, precisa estar atento às suas limitações, decorrentes, muitas vezes, da própria formação acadêmica. Deve rever constantemente a sua prática pedagógica, quanto ao encaminhamento teórico-metodológico e definição de critérios de avaliação, a fim de manter coerência entre teoria e prática.

Assim, não é possível trabalhar os conteúdos em si mesmo e realizar avaliações que exijam relações e postura crítica dos alunos. De acordo com ALMEIDA<sup>5</sup>, alguns aspectos devem ser observados no julgamento de um trabalho:

1º - Tenha em mão a chave-de-correção, contendo os elementos que exigiu ao solicitar a tarefa, para que possa conferir se o aluno **os desenvolveu de acordo**;

2º - Julgue a tarefa de acordo com seus propósitos, sem se deixar levar por outras considerações. Se, por exemplo, o alvo é verificar o domínio de relações de causa e efeito, não pretenda que o aluno adivinhe que também deve dar definições e estabelecer paralelos;

3º Julgue, sem interromper, uma questão de cada vez, em todas as provas. Só depois passe para a questão seguinte, assim o critério ficará mais homogêneo e será possível avaliar com maior rapidez;

4º Avalie a tarefa sem se deixar influenciar por predisposições;

5º Não permita que a má caligrafia ou pouca fluência verbal perturbem o julgamento da matéria em causa, a menos que sejam estes os objetivos a avaliar;

6º Quando forem muitos os trabalhos, volte a ler os que já foram julgados, para verificar se os critérios básicos de avaliação não estão mudando muito.

7º Entegue os resultados o mais rápido possível, para que, ainda interessados, identifiquem o que erraram e o que acertaram;

8º Escreva um pequeno comentário em cada trabalho apresentado, pois além de dar um melhor retorno ao aluno esta prática tem a vantagem de dar ao professor pontos de referência, para justificar sua nota, para quando um aluno lhe solicitar esclarecimentos, facilitar-lhe a lembrança dos critérios adotados."

Desta maneira, qualquer instrumento de avaliação, (prova escrita, prova oral, trabalhos...) pode ser mais ou menos democrático, dependendo da forma como as questões forem elaboradas e da intenção do professor. Devem ser realizados também na pré-escola, práticas pedagógicas que impliquem em atividades

<sup>5</sup>ALMEIDA, Joélia Bonfim R e RODRIGUES, Eliana Vieira A importância do estabelecimento de critérios para uma avaliação consciente. In Prodeg, ano 2, nº 05, Porto Alegre, 1987, pág. 04

coletivas e individuais, para que a avaliação se dê em uma perspectiva conjunta e individual.

Embora a avaliação seja permanente, existe, durante o processo, momentos de sistematização. É a síntese defendida pela Deliberação 033/88:

"Párrafo único, artigo 6º. "Dar-se-á maior importância à atividade crítica, à capacidade de síntese e à elaboração pessoal."<sup>6</sup>

O professor deve tratar metodologicamente um conteúdo de diversas formas: exposição oral, pesquisa, leitura e debates de textos, produção de texto, apresentação de filme e outros, com a finalidade de criar uma situação de ensino-aprendizagem, onde alunos e professores, possam interagir com o conteúdo de modo que o aluno compreenda as relações que constituem a prática social. Ocorrendo isto, o aluno pode desenvolver função psíquica, como: atenção, memória, concentração, abstração, generalização, que lhe permite o desenvolvimento de habilidades na prática educativa e na sua vida cotidiana. •

Sendo assim, a internalização dos conteúdos essenciais,, enquanto permite ao aluno fazer relação entre a parte e o todo, se expressa na formulação de sua síntese. Por exemplo: saber a data do descobrimento do Brasil, não tem valor se perguntada isoladamente na prova. Entretanto, o domínio da data é importante para o aluno situar-se historicamente, entendendo o contexto do acontecimento, as características de homem, sociedade e trabalho da época, estabelecendo relações que permitam compreender o presente. •

Só é capaz de sintetizar, aquele que pelo domínio do conteúdo, estabelece relações. Caso o professor trabalhe de forma unilateral com os conteúdos, dificilmente seus alunos conseguirão formular uma visão crítica da sociedade.

As crianças em idade pré-escolar, para compreenderem a realidade, precisam agir sobre ela, neste sentido, as aulas na pré-escola , precisam ter muitas atividades significativas, possibilitando a compreensão do conteúdo e elaboração da síntese. Considerando que os alunos fazem uso restrito da escrita e que o desenho não dá conta de explicar todas as relações que o aluno é capaz de fazer naquele momento, a avaliação deve ser feita também pela oralidade. •

<sup>6</sup>WACHOWICZ, Lilian Anna. Deliberação 033/88, Conselho Estadual de Educação do Paraná, Curitiba, 1987, pág. 02

## **A AVALIAÇÃO NA PERSPECTIVA DOS CURRÍCULOS MUNICIPAIS E ESTADUAL 1988 A 1991.**

A análise dos documentos curriculares, busca compreender a coerência entre avaliação e outros aspectos como: concepção, metodologia e conteúdos na concepção dialética de educação.

Para isto, três pontos serão enfatizados: contexto histórico, encaminhamento teórico-metodológico e proposta de avaliação em si.

O atual Currículo Básico - Compromisso Permanente para Melhoria da Qualidade de Ensino na Escola Pública, foi sistematizado em 1991. Para compreender os avanços quanto à concepção explicitada neste documento, é preciso considerar o Currículo Básico - Uma Contribuição para a Escola pública Brasileira (1988) da Rede Municipal de Ensino de Curitiba e o Currículo Básico para Escola pública do Estado do Paraná (1990). Eles foram determinantes, pois iniciaram no Paraná, o processo de sistematização de uma nova concepção de educação e conseqüentemente da pré-escola que superasse as tendências não críticas como: escola tradicional, nova e principalmente a pedagogia oficial do regime militar, pedagogia tecnicista.

O entendimento desta questão, passa pela compreensão do processo de abertura política, que foi possível também pela organização da sociedade civil, que apesar de reprimida pelo governo militar (1964-1985) organizou-se em movimentos populares, para lutar pelos seus direitos. Na educação, destacaram-se as entidades de professores:

" criadas ou reorientadas na luta contra a ditadura militar, que chegaram a montar verdadeiros sistemas sindicais, ao mesmo tempo indutores e produtos das greves da categoria, desde o ano de 1978."<sup>7</sup>

Em 1979, aconteceu a anistia política, a inquietação do país com as pressões dos capitalistas internacionais, que exigiam o pagamento da dívida externa, levando a ditadura a perder o apoio da burguesia liberal.

As elites via Colégio Eleitoral, puseram fim a ditadura com a eleição indireta de Tancredo Neves e José Sarney, com o apoio de todos os partidos de oposição, exceto PT.

Após 1982, com a abertura, foram eleitos pelo voto direto, vários governadores de oposição à extinta ARENA. Durante a campanha, fizeram promessas de melhorias, sendo grande alvo de discussão, a educação popular. Foi necessário, para legitimar o partido e a si mesmos, buscar novas formas de cumprir o prometido.

Instalou-se um quadro educacional e pedagógico inédito no país, contendo tendências a incrementar mudanças no âmbito das respectivas políticas, estaduais e municipais, neste processo, destacaram-se:

-São Paulo (capital) - Guiomar Namó de Mello - Secretária de Educação;

-Minas Gerais - Neidson Rodrigues - Superintendente de Ensino da Secretaria de Estado da Educação;

- Rio de Janeiro - Darcy Ribeiro - Vice-Governador;

-Paraná - Gilda Poli Rocha Loures - Secretária de Estado da Educação;

-Curitiba - Ubaldo Puppi - Secretário Municipal da Educação.

As reformulações de currículo, principalmente de São Paulo e Minas Gerais, bem como o assessoramento de educadores destes estados, contribuíram para sistematização dos currículos de Curitiba e

---

<sup>7</sup>CUNHA, Luiz Antônio. Educação, estado e democracia no Brasil. São Paulo, Editora Cortez, 1991, pág.

do Estado do Paraná.

O plano de educação do Município de Curitiba, começou a ser repensado na gestão do prefeito Maurício Fruet (1983), do Partido PMDB, que tinha como slogan o lema: Educação para uma escola aberta. Entendida como:

"... aquela favorável a que os membros da "comunidade" transmitissem suas experiências numa relação de troca. 'É aquela que através do pensamento coletivo, de um trabalho conjunto, do confronto das relações sociais promove a articulação dos universos sociais, respeitando o contexto cultural do aluno e a expressão do seu conhecimento, ao mesmo tempo que propicia o acesso à cultura elaborada, tendo como fundamental não a substituição de uma cultura pela outra, mas a complementação, ou seja, a troca do saber." <sup>8</sup>

No ano de 1985, teve início a gestão do prefeito Roberto Requião, do mesmo partido político de Fruet. Foi escolhido Ubaldo Puppi como Secretário da Educação. Deu-se continuidade ao trabalho de buscar alternativas, para superar as concepções educacionais não críticas e a visão parcial da escola como reprodutora da sociedade capitalista.

Foi adotada como diretriz pedagógica na Rede Municipal de Educação, a Pedagogia Histórico-Crítica, que na época possuía uma certa hegemonia discutida em todo o país, por educadores progressistas, defensores da concepção marxista.

O prefeito municipal, na campanha eleitoral, havia assumido compromisso com as questões sociais. Na educação, sua principal meta era a escola integral, inicialmente fundamentada em visão liberal.

Para implementar a proposta, contou com a participação de vários educadores, que procuravam articular um currículo na concepção dialética. A equipe pedagógica foi formada por militantes do partido (entre eles haviam aqueles que não estavam comprometidos diretamente com a concepção) também fizeram parte da equipe convidados de outras instâncias de ensino e professores da rede municipal não ligados ao PMDB.

Na correlação de forças, vontade política do prefeito, versus compromisso com educação de qualidade, que favorecesse a classe trabalhadora, foi elaborado o currículo básico, uma grande contribuição para o avanço teórico-prático na perspectiva de uma educação mais crítica.

<sup>8</sup>CUNHA, Luis Antônio. Obra supracitada, pág. 257

Quanto à pré-escola, o currículo resgata a função pedagógica da mesma, afirmando que os conteúdos desta, também devem ser retirados das áreas do conhecimento.

A área de História e Geografia, continuou agrupada em Estudos Sociais. Os conteúdos ficaram restritos a noções de espaço e tempo e produção de necessidades e transformação, sem explicitação de conteúdos das áreas propriamente, isto dificultou sobremaneira a elaboração de critérios de avaliação coerentes, com o encaminhamento teórico-metodológico, proposto nas próprias áreas do conhecimento.

Em Língua Portuguesa, propunha-se que a classe tivesse um ambiente alfabetizador. Na época, representava um avanço, pois anteriormente a pré-escola se restringia quase sempre a exercícios de prontidão e assimilação de vogais. A partir dos estudos de Emília Ferreiro, adotados na proposta de alfabetização, foi possível começar a avaliar o que a criança pensa a respeito da leitura e escrita. O papel do professor ainda se restringia à organização do ambiente educacional, não havendo intervenção que possibilitasse maiores apropriações por parte do aluno.

Existe contradição de ordem teórica, quando a proposta cita que no processo de desenvolvimento da criança, ela passa do social, para o individual, na interação e confronto com o outro. Porém, no parágrafo seguinte, afirma-se no currículo que o momento cognitivo da criança deve ser respeitado. Na verdade, este deve ser alterado e avançado, na mediação do conhecimento realizado, na interação pedagógica. Portanto, o professor tem o dever de verificar na avaliação, o que o aluno está aprendendo, interferindo no processo, a fim de que este se aproprie, no caso da alfabetização, da forma padrão de leitura e escrita. Na prática, muitos alunos de pré-escola, não se apropriaram da linguagem escrita porque o professor não trabalhava nesta concepção. Limitava-se a esperar que a criança descobrisse certas informações sobre a Língua Portuguesa, que jamais ela descobriria sozinha.

A organização de estudos a partir de temas, embora estes fossem conteúdos das áreas do conhecimento e a intenção fosse de estabelecer relações recíprocas, acabou dificultando o processo ensino-aprendizagem e a própria avaliação.

Os professores ao trabalharem um eixo temático, encontraram dificuldades de definir quais os conteúdos das áreas do conhecimento, estavam trabalhando, sendo assim, tornavam-se incapazes de definir critérios de avaliação.

No intuito de trabalhar com todos os conteúdos propostos no currículo, muitas vezes acabavam fazendo falsas articulações. Diante da dificuldade de entendimento de operacionalização da proposta curricular, certos professores começaram a trabalhar quaisquer temas, estabelecendo quaisquer relações dicotomizadas no contexto social, econômico e político.

Enfim, alguns professores estabeleceram uma prática de avaliação escalanovista, centrada no processo, sem muita preocupação com o conteúdo. Outros tornaram-se "conteudistas", abandonaram os temas e trabalharam o conteúdo pelo conteúdo. Houveram, ainda, aqueles que se encontraram em um dilema, percebiam as limitações, porém não sabiam como encaminhar o processo ensino-aprendizagem e a avaliação.

Quanto ao encaminhamento teórico-metodológico, na fundamentação psicológica, é adotada a teoria de Piaget, mas avança porque não concebe as etapas, enquanto delimitação temporal no curso da evolução e sim em função de certas relações dominantes, que conferem estilo particular ao comportamento da criança, especialmente em termos de sua expressão de vida. Esta afirmação, tira um pouco a conotação da não aprendizagem, em função da imaturidade muito postulada na pré-escola.

A proposta de trabalho a partir da criança e do seu universo, fica ainda centrada no egocentrismo, desconsiderando o próprio processo de socialização-individualização-socialização. A criança é capaz de abstrair, por isso não é necessário trabalhar só com aquilo que a rodeia.

Em suma, a proposta de avaliação em si é coerente, mas a efetivação desta, esbarra nos pontos já destacados.

O grupo de pré-escola que elaborou o Currículo Básico de 1988 e a maioria das pessoas de outras equipes, foram compor a equipe da Secretaria do Estado do Paraná, após a eleição para prefeito, sistematizando o currículo. Quanto à pré-escola, o Currículo Básico do Estado do Paraná, 1991, está definido na concepção marxista, como os outros dois currículos da Rede Municipal já citados. Porém, no Estado, a postura expressa nos pressupostos teóricos, não é a mesma coisa da Pedagogia Histórico-Crítica. Mas, o encaminhamento metodológico desse documento clareia muitos aspectos contritaditórios do Currículo da Rede Municipal de Ensino (1988).

A partir dos estudos de Emília Ferreiro, a equipe chegou a conclusão, que a fundamentação

psicológica mais coerente com a concepção marxista, seria a dos estudos do psicólogo russo Vygostsky e não os estudos de Jean Piaget, que fundamenta a teoria de Ferreiro. Estas considerações, impõem, ao professor, o compromisso de dirigir o processo ensino-aprendizagem, sistematizando o conhecimento dos alunos.

As reflexões sobre o planejamento do trabalho pedagógico, contribuem para que haja rigor técnico e científico na avaliação.

"O ponto de partida é o conhecimento e não o método de ensino.

O professor deve dominar os conteúdos.

Os conteúdos devem ser previstos para um determinado período, sem que isto signifique uma abordagem única, pois a reincidência na abordagem de um conceito, sob várias situações, possibilita a aquisição cada vez mais ampliada e elaborada pela criança.

O professor deve propiciar diferentes formas de interação da criança com o conhecimento, considerando as estratégias de aquisição como: movimento, imitação, linguagem, desenho, jogos entre outros.

As situações de interação da criança com o conhecimento, mediadas pelo professor, embora não sendo exclusivas... adquirem um caráter essencial na escola...

O planejamento geral deve ser um roteiro de orientação, com o qual o professor deve manter constante diálogo...

Os critérios de previsão de seqüência do planejamento de cada área devem ser buscados nos respectivos encaminhamentos metodológicos."<sup>9</sup>

Sendo o critério de avaliação o conteúdo, enquanto mediação social, grande contribuição deste currículo, foi: rever a questão dos eixos temáticos, explicitando que os conhecimentos necessários para pré-escola, são os mesmos das séries posteriores, diferindo apenas, no grau de interação, que a criança mantém com os mesmos e com a realidade.

Neste sentido, os conteúdos das áreas do conhecimento, estão postos no currículo junto com as outras séries e não distintamente, como no Currículo Básico do Município - 1988.

A seleção de conteúdos para pré-escola está satisfatória, com exceção da área de História, que fica centrada no conhecimento, que hipoteticamente pertence ao universo do aluno, exemplificando:

História do aluno...

História da família...

História dos homens do nosso tempo...

Essa organização dos conteúdos, contribui para que a prática pedagógica, se restrinja a comunidade

<sup>9</sup>Currículo Básico para Escola Pública do Estado do Paraná, Curitiba, 1986, pág. 31 e 32

próxima, reforçando a idéia de círculos concêntricos.

Se o objetivo é através dos conteúdos desvelar a realidade, pode-se cair no vazio, pelo não detalhamento de conteúdos históricos necessários, para compreensão da sociedade. Na totalidade histórica, a criança é capaz de abstrair, a partir de fatos históricos não vivenciados por ela, estabelece relações com sua própria vida e de sua família, desde que o professor trabalhe para que isto ocorra. A história de homens trabalhadores, só tem sentido no contexto do movimento histórico.

Retomando o Currículo da Rede Municipal de Educação no contexto histórico, na gestão do prefeito Jaime Lerner e da Secretária de Educação, Suely Seixas, foi reduzido a prática de assessoramentos, (1989) para aprofundamento teórico. Em 1990, reiniciaram-se os assessoramentos com professores de pré a 4ª série, para definição do encaminhamento teórico-metodológico, na proposta de currículo.

A equipe pedagógica que estava no Departamento de Ensino, em 1990/1991, julgou pertinente a elaboração de um novo currículo básico, que superasse as questões postas no currículo de 1988, pois estas comprometiam a concepção dialética.

Os avanços do Currículo Básico do Estado, foram contemplados principalmente na área de Língua Portuguesa, especialmente em alfabetização e pré-escola.

O atual currículo básico da Rede Municipal de Educação (1991), quanto à pré-escola, assume os pressupostos da Pedagogia Histórico-Crítica.

No encaminhamento teórico-metodológico, foi aprofundado o trabalho com as diferentes linguagens: gesto, fala, desenho e escrita em função dos conteúdos das áreas do conhecimento, que são na verdade, conceitos científicos, com os quais os homens explicam a realidade.

Estas mesmas linguagens, podem servir de instrumentos de avaliação, para apreciar a síntese que os alunos são capazes de articular sobre um determinado conteúdo. O jogo citado como linguagem, é, na verdade, estratégia de aprendizagem, que a criança na idade pré-escolar mais utiliza para conhecer o mundo. Uma vez que a criança aprende com o jogo, este pode se tornar um valioso instrumento de avaliação, desde que o professor estabeleça critérios para observar através dele "quais os conhecimentos já apropriados pelos alunos, quais as relações já realizadas naquele momento."

Este currículo reforça o papel do professor, como dirigente do processo ensino-aprendizagem, porque é o adulto mais experiente, quem deve interferir na aprendizagem do aluno, com a intenção de ajudá-lo nesta aquisição.

Afirma ainda, que a escola tem o papel fundamental de sistematizar conhecimentos, devendo transformar o saber desarticulado dos alunos, em saber articulado. A compreensão da realidade social, passa essencialmente pelo domínio dos elementos clássicos do currículo escolar.

Sendo assim, o compromisso político do professor com o aluno, não se traduz na realização ou reprodução de discursos políticos, que as crianças ainda não são capazes de compreender, mas sim, no trabalho sistemático com o conhecimento, estabelecendo relações.

Com o propósito de auxiliar o professor na sua prática pedagógica, serão feitas considerações sobre a organização dos conteúdos, nas áreas do conhecimento.

**-MATEMÁTICA:** Além de trabalhar com materiais concretos e registros através de desenhos, deve-se fazer também registros algorítmicos desde a pré-escola, discutindo o significado do símbolo que representa, contextualizando para que haja compreensão. No que se refere a medidas, não tem necessidade de trabalhar primeiro as medidas arbitrárias, para depois as medidas-padrão. O importante, é estabelecer relações entre um e outro, caracterizando a necessidade do padrão, em função da relatividade das medidas arbitrárias. Portanto, o trabalho com a pré-escola não pode se restringir a medidas arbitrárias, porque neste momento histórico a medida socialmente aceita é a padrão.

**-CIÊNCIAS:** conteúdos trabalhados na pré-escola, deixam a desejar, não contribuem para compreensão das ciências. Por exemplo:

-características dos seres e objetos do ambiente: tamanho, forma, ...

-posição dos seres e objetos, um em relação aos outros...

-comparação entre massa e tamanho dos seres e objetos.

Estes são conhecimentos matemáticos, podendo ser trabalhados, somente em função de conteúdos das ciências, que não estão relacionados no currículo.

**-HISTÓRIA:** Os conteúdos colocados estão ainda de forma muito ampla, o que dificulta ao professor, definir exatamente que aspectos ressaltar em cada um deles.

**-LÍNGUA PORTUGUESA (alfabetização) e GEOGRAFIA:** A organização dos conteúdos está satisfatória.

A revisão dos conteúdos de pré-escola, feita pelos especialistas e professores pode contribuir para avanços consideráveis na forma de avaliar.

Quanto a avaliação em si, é relevante considerar o que o aluno é capaz de elaborar com ajuda do professor ou dos colegas e o que já fez sozinho.

✓ É importante salientar, que na sistematização de conteúdos, é fundamental diversificar o grupo,

porque na interação, uns ensinam aos outros. A prática de auxílio mútuo, deve tornar-se rotineira, se o professor não discriminar os alunos que demoram mais tempo para elaborar seu conhecimento, provavelmente o restante da turma terá a mesma postura.

Durante todo o processo de ensino-aprendizagem, o professor deve trabalhar com um grupo heterogêneo.

Os alunos que avançam em relação ao patamar de conteúdos estabelecidos, não podem ser desconsiderados, se a avaliação é feita em relação ao conhecimento do próprio aluno, em função dos conteúdos a serem aprendidos, não faz sentido deixar estagnado, aquele que já atingiu tal patamar. Exemplo:

Caso o aluno já chegue na pré-escola lendo e escrevendo, as avaliações dele nas outras áreas do conhecimentos; podem ser realizadas pelo desenho e pela escrita. Da mesma forma, aquele que não sabe escrever, fará o mesmo trabalho usando no caso, o desenho.

Na medida em que o professor entende que o aluno pode atingir determinado nível de desenvolvimento potencial, passa a elaborar melhor seu trabalho e possibilita à criança, que melhore suas produções devendo, cobrar caso estas não elaborem seu trabalho, da melhor forma possível.

Os alunos que avançaram em relação ao seu trabalho anterior, mesmo não alcançando o patamar desejado, precisam ser incentivados, com ação efetiva do professor, para que elaborem cada vez mais seus conhecimentos.

O registro dos resultados obtidos, expresso no relatório, não pode constituir-se em um documento burocrático. Como a avaliação é um processo, no dia a dia, é possível observar as relações que os alunos estabelecem, a partir de conteúdos das áreas do conhecimento, fazendo anotações, que devem ser registradas para auxiliar na avaliação geral. O relatório, indica ao final do ano letivo, a qualidade das apropriações dos alunos.

Nas reuniões bimestrais realizadas com os pais, mais importante que entrega dos relatórios é a discussão sobre as próprias atividades de síntese realizadas pelos alunos, porque são significativas, em razão de se tratar da produção da criança.

É possível fazer articulação entre pré e 1ª série, trabalhando desde o início da educação escolar, com conteúdos significativos, utilizando as avaliações realizadas na pré-escola, como indicativo de apropriações dos mesmos, visando a continuidade do trabalho pedagógico, nas séries seguintes. Jamais, o relatório deve determinar a constituição de turmas homogêneas no ano seguinte ou servir para reprovar ilegalmente, através de acertos internos realizados na instituição escolar.

## CONCLUSÃO

A mantenedora e a escola, devem auxiliar contribuindo efetivamente para que aconteça maior sistematização na prática de avaliação, porque esta discussão, não ocorre com profundidade nos assessoramentos, dificultando a realização da práxis educativa.

Os professores já dominam alguns pressupostos teóricos da avaliação, na concepção dialética, necessitando de aprofundamento de ordem prática. Porém, este fica comprometido muitas vezes em função da falta de subsídios teóricos-metodológicos.

As discussões que ocorrem na escola, ainda são precárias, os pedagogos que deveriam organizar o trabalho pedagógico da mesma, com competência, ainda encontram dificuldades, pois assumiram a função, em decorrência da reforma administrativa de 1991, que praticamente obrigou os que recebiam pela função, a passar a exercê-la.

Essa questão compromete a qualidade de ensino na Rede Municipal de Educação, embora alguns tenham "boa vontade", falta compromisso político e conhecimento teórico, para articular o trabalho no interior da escola.

A nova política de assessoramentos da Rede Municipal de Educação, exclusiva para pedagogos, para que estes repassem os conteúdos aos professores, poderá agravar ainda mais a situação, porque faltam domínios específicos das áreas do conhecimento para o pedagogo, sem os quais, é impossível estabelecer relações políticas, sociais e econômicas, quanto mais no que se refere ao saber específico da área.

Diante de tais implicações, faz-se necessário organizar grupos de estudo, com o objetivo de aprofundar o conhecimento teórico, sistematizando uma prática pedagógica, efetiva na escola, na perspectiva de uma avaliação dialética.

Na medida que forem feitos estudos mais contundentes sobre a avaliação, os próprios professores poderão apontar a necessidade de organização dos conteúdos na pré-escola e a definição de critérios de avaliação, em cada área do conhecimento.

## BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Joélia Bonfim R e RODRIGUES, Eliana Vieira A importância do estabelecimento de critérios para uma avaliação consciente. In Prodeg, ano 2, nº 05, Porto Alegre, 1987.
- COSTA, Lenith e ABRAMOVAY, MIRIAN. Funções da pré-escola. Rio de Janeiro, Mobra, 1985.
- CUNHA, Luiz Antônio. Educação, estado e democracia no Brasil. São Paulo, Editora Cortez, 1991.
- CURY. Educação e contradição. São Paulo, editora Cortez/Autores Associados, 1985.
- FEIGES, Maria Madselva. Política educacional - uma retrospectiva histórica. Curitiba, 1991.
- GUIMARÃES, Nelci da Silva. Relação entre tendências/ posturas pedagógicas e procedimentos de avaliação. Rio de Janeiro, 1987.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação do aluno: a favor ou contra a democratização do ensino?, Brasília, CBE 1988.
- \_\_\_\_\_. Avaliação educacional escolar: para além do autoritarismo. In: Revista ANDE nº10, ano 5. São Paulo, 47-51, 1986.
- \_\_\_\_\_. Verificação ou avaliação: o que pratica a escola? Rio Grande do Sul, 1991.
- SAVIANI, Demerval. A pedagogia histórico-crítica e a prática escolar. In: BERNARDO, Et. al. Pensando a educação: ensaios sobre a formação do professor e a política educacional, São Paulo, USP, 1989,
- \_\_\_\_\_. Escola e democracia. São Paulo, editora Cortez/Autores Associados, 1987
- \_\_\_\_\_. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. São Paulo. editora Cortez/ Autores Associados, 1991.
- SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBA, Avaliação, sociedade e escola: fundamentos para reflexão, Curitiba, 1986.
- \_\_\_\_\_. Currículo básico para escola pública do estado do Paraná. Curitiba, 1990.

- SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE CURITIBA, Currículo básico - compromisso permanente com a escola pública, Curitiba, 1988.

\_\_\_\_\_. Currículo básico - uma contribuição para escola pública brasileira, Curitiba, 1988.

- WACHOWICZ, Lilian Anna. Deliberação 033/88., Conselho Estadual de Educação do Paraná, Curitiba, 1987.